

Estados negociam solução para as dívidas

Públicas

Governadores de Minas e RS querem que o Tesouro assumira parte dos débitos para compensar os juros altos

por Lilliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

O Tesouro Nacional poderá assumir para si parte da dívida mobiliária (em títulos) dos estados, que já soma R\$ 50 bilhões, para compensar o impacto da política de juros altos praticada pelo governo federal sobre as dívidas das unidades federativas. Esse é o centro de uma proposta que está em discussão entre a equipe econômica e os governadores de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, e do Rio Grande do Sul, Antônio Britto.

A proposta inclui ainda o refinanciamento com prazo entre 30 e 40 anos de uma parcela da dívida. Em contrapartida, esses estados estão dispostos a abater até um terço do total com recursos oriundos da privatização de estatais estaduais e venda de outros ativos, como imóveis.

O governador mineiro, que discutiu ontem o assunto com o

ministro da Fazenda, Pedro Malan, revelou a este jornal as linhas gerais do projeto: "Queremos dividir a dívida mobiliária em três partes. Uma delas é a que vamos pagar com a venda de ativos; a segunda queremos refinarciar a prazos longos, entre 30 e 40 anos. A terceira parte terá de ser arcada pelo Tesouro Nacional, pois, afinal, a dívida cresceu basicamente por causa da política de juros altos do governo federal e não da emissão de títulos". Segundo o governador Britto, a forma do Tesouro Nacional contribuir para a solução definitiva de uma das últimas pendências antes da reorganização total das finanças públicas é assumir par-

te dos juros incorporados ao principal da dívida.

No final de 1994, os títulos da dívida mobiliária estadual foram trocados por títulos públicos federais, possibilitando aos estados se financiarem no mercado, mas aumentando ainda mais os custos dessa rolagem. A previsão do governo é que neste ano as taxas de juro anuais de rolagem da dívida mobiliária fiquem em torno de 27%. A solução para a dívida mobiliária interessa principalmente aos quatro maiores devedores,

que são, por ordem, os estados de São Paulo (R\$ 16 bilhões), Minas Gerais (R\$ 7,5 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 5,7 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 5,2 bilhões).



Antônio Britto

As regras de renegociação da dívida mobiliária dos estados deverão ser fixadas em uma Medida Provisória (MP), a última de uma série de providências para promover o ajuste das finanças estaduais, um dos alicerces da melhora do resultado fiscal de todo o setor público brasileiro perseguido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Nos próximos dias deverá ser baixada a MP de reestruturação dos bancos estaduais, outro instrumento de saneamento das contas dos estados e das reformas pretendidas pela equipe econômica para diminuir a atuação do setor público na economia.

A receptividade da equipe econômica à proposta do Rio Grande



Eduardo Azeredo

do Sul e Minas Gerais tem uma explicação: estes estados são aliados do governo federal na busca do ajuste fiscal. O governador gaúcho deixou claro que as condições favoráveis de solução da dívida mobiliária em discussão "não são para todo mundo, mas para os estados que fizeram o dever de casa". Ou seja, os benefícios da proposta encabeçada por Minas Gerais e Rio Grande do Sul só deverão ser obtidos pelos estados que realizaram reformas — principalmente a privati-

zação de estatais e a redução dos gastos com pessoal e custeio da máquina administrativa. Há um ano os governadores tentam negociar uma saída para o aumento da dívida mobiliária em consequência das altas taxas de juro.

A retomada das negociações em torno da dívida mobiliária dos estados ocorreu há algumas semanas e, portanto, ainda não foram discutidos os percentuais que caberiam às três partes da composição das dívidas — quanto do total será pago com a venda de ativos, qual a parcela que será arcada pelo Tesouro Nacional e quanto será refinanciado a longo prazo e taxas de juro menores que as de mercado. De acordo com fontes ouvidas por este jornal, a parcela refinanciada deverá ser substancialmente maior que as demais. O abatimento de parte do débito poderá ser com recursos da venda de estatais estaduais ou outros ativos, como imóveis.

A proposta inclui ainda a possibilidade de os estados continuarem rolando no mercado parte de sua dívida mobiliária. Esse montante, porém, terá de ser compatível com a capacidade das finanças do estado.